



CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
MINAS GERAIS

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 4ª REGIÃO

ATA DE REUNIÃO PLENÁRIA

ATA DA 8ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CRP-MG – XVIII PLENÁRIO REALIZADA EM 30/01/2026.

Aos trinta dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, com início às 09h realizou-se a 8ª Reunião Plenária Ordinária do XVIII Plenário do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região (MG). Estiveram presentes as(os)(es) Conselheiras(os) Efetivas(os): André Luiz Moreno da Silva, Andressa Moreira Antunes, Cintia Coelho dos Santos (online), Daniel dos Santos Saldanha de Freitas Camilo, Edilson Felipe Domingues, Fabiana Alcântara Santos da Conceição, Isabelle Oliveira Pereira, João Paulo da Silva Moraes, José Alberto Manoel dos Santos, Laura Costa Lobo, Lucas Fernandes Ayres Pinto, Luciana Rodrigues Vasconcellos (online), Nayara Priscila Koda Teixeira, Sara Edith Souza de Assis Leão e Tobias de Medeiros Chaves Ferreira. Conselheiras(os) Suplentes: Aline Beatriz Alvarenga Albino Vaz, André Correa Ferreira, Angela Maria Valentim Gonçalves, Bruno Stefani Ferreira de Oliveira, Clarissa Assis Pereira Gomes, João Carlos da Silva Batista, Juliana Mendes Alves, Juliana Nassau Fernandes, Patrícia de Fátima Pantaleão e Samantha Alves Pereira de Souza. **Justificativas de ausência**: Ana Clara Gomes Braga e Fernanda Coelho dos Santos Moreira. **Quórum de Conselheiras(os)(es) Efetivas(os)(es)**: Foi verificado o quórum das(os) Conselheiras(os) Efetivas(os) presentes, totalizando 15, não sendo necessário o Plenário elevar qualquer condição de Conselheira(o) efetiva(o). Assuntos tratados: **Ponto de Pauta**: 1) Informações sobre BRC e APAF: O presidente André Moreno iniciou a pauta tratando das intercorrências relacionadas ao sistema BRC e à próxima Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças, a APAF. Foi recordado que, na reunião de presidentes ocorrida há quinze dias, a discussão sobre as falhas do sistema foi retirada de pauta sob a alegação de insuficiência de dados. Diante disso, informou-se que a conselheira Andressa Moreira coordenou um levantamento detalhado que já resultou em um volume expressivo de registros de erros ocorridos apenas no mês de janeiro, o que confere materialidade técnica para subsidiar uma nova proposta. A estratégia deliberada consiste na formalização de um dossiê técnico que reúna essas intercorrências e as notificações formais de descumprimento contratual para envio ao Conselho Federal de Psicologia, o CFP. O objetivo é garantir que a pauta seja incluída na primeira remessa de envios para a APAF de maio, cujas datas foram confirmadas: a primeira etapa de submissão inicia-se em 16 de março e a segunda em 13 de abril. O plenário ressaltou a importância dessa via para dar publicidade aos problemas entre os demais Conselhos Regionais e pressionar por soluções junto à autarquia federal. Durante a discussão, o conselheiro André Moreno levantou um ponto crítico referente à transparência e integridade dos dados financeiros. Foi relatado que os arquivos gerados pelo sistema apresentam linhas em branco, o que dificulta a prestação de contas do orçamento e, em última análise, fragiliza os controles contra possíveis irregularidades. Ressaltou-se que a redação final do documento deverá contar com o apoio dos setores jurídico, de TI e financeiro, dada a complexidade do impacto do sistema em todas as áreas do Conselho. Ao final deste item de pauta, o plenário aprovou por unanimidade o envio da pauta para a APAF e a nomeação da conselheira Andressa Moreira como responsável pela coordenação da redação e montagem do dossiê. O assessor de apoio à gestão, Rodrigo Oliveira, ficou encarregado de monitorar as datas de abertura do sistema de pautas e notificar a conselheira responsável para garantir o cumprimento dos prazos

estabelecidos. 2) Divulgação profissional APAF: O conselheiro André Moreno iniciou a discussão abordando uma lacuna histórica nas pautas do Conselho Federal de Psicologia, o CFP, que tem priorizado temas de impacto social e político em detrimento de questões fundamentais da atuação prática, como a atualização das normas de publicidade. Foi ressaltado que a resolução vigente não acompanha as rápidas transformações do mercado e dos critérios profissionais, gerando insegurança na categoria. Muitos psicólogos manifestam receio em divulgar seus serviços por falta de diretrizes assertivas, enquanto profissionais de áreas não regulamentadas, como terapeutas e "coaches", realizam divulgações sem restrições éticas, o que desvaloriza a psicologia. Um dos pontos críticos levantados diz respeito às contradições normativas sobre a divulgação de valores. Embora existam limitações para o profissional individual, plataformas digitais de atendimento expõem livremente os custos das sessões, criando um cenário de concorrência desleal e confusão sobre o que é permitido pelo guarda-chuva ético do sistema conselhos. Além disso, citou-se a proliferação de conteúdos polêmicos em redes sociais que vinculam a prática profissional a posicionamentos ideológicos estritos, o que reforça a urgência de uma normativa que seja, ao mesmo tempo, fiscalizatória e orientativa. Diante desse cenário, a proposta aprovada consiste na criação de um Grupo de Trabalho contínuo para ser apresentado na próxima APAF. O objetivo é que este grupo atue permanentemente na revisão das questões de publicidade, subsidiando a Comissão de Orientação e Fiscalização, a COF, com amparo técnico e prático. O plenário reconheceu que, embora pautas desta natureza enfrentem resistência política para avançar nas instâncias federais, o envio da proposta formaliza um posicionamento estratégico de Minas Gerais e inicia uma mobilização necessária entre os demais conselhos regionais. Para a coordenação da redação final e compilação dos dados que fundamentarão a pauta, foram nomeados os(as) conselheiros(as) Lucas Ayres, Nayara Koda, Tobias Ferreira, Clarissa Gomes e Isabelle Pereira. O conselheiro Lucas Ayres ficou encarregado de compartilhar com o grupo um modelo de propostas enviadas anteriormente para servir de parâmetro estrutural. A redação deverá articular as áreas de comunicação, ética e fiscalização para garantir que o documento final apresente argumentos robustos sobre a necessidade de modernização das regras de divulgação profissional. 3) GT Regimento Interno: O conselheiro Lucas Ayres introduziu o debate sobre a defasagem do Regimento Interno, documento que rege o funcionamento da autarquia. Foi ressaltado pelo conselheiro que o texto atual data de 2001, apresentando erros de escrita e falhas normativas graves que permitem interpretações ambíguas. Como exemplo da obsolescência do documento, citou-se que o texto ainda menciona Minas Gerais e Espírito Santo como um conselho unificado, separação que ocorreu há cerca de duas décadas. A urgência da revisão fundamenta-se no fato de o regimento atual gerar conflitos jurídicos e trabalhistas ao apresentar legislações duplas que dificultam a gestão cotidiana de funcionários e conselheiros. Diante dessa necessidade, a diretoria deliberou pela criação de um Grupo de Trabalho (GT) de Regimento Interno, com foco em sanar as lacunas técnicas e atualizar as normas de funcionamento. Paralelamente, propôs-se a criação da Comissão de Gestão de Pessoas. Esta comissão terá caráter permanente e será responsável por monitorar o clima organizacional e intervir em falhas de comunicação interna antes que se tornem problemas maiores. Um dos produtos centrais dessa nova estrutura será o desenvolvimento de um código de conduta, instrumento previsto pelo Conselho Federal para disciplinar de forma ética e horizontal as relações de trabalho dentro do CRP-MG. A composição das novas frentes de trabalho foi definida por meio de adesão voluntária e aprovação plenária. Para a Comissão de Gestão de Pessoas, o conselheiro José Alberto Santos foi nomeado presidente, contando com a participação de Isabelle Oliveira e Nayara Moreira. Já o GT de Regimento Interno será coordenado pela conselheira Juliana Mendes, com o apoio das(os) conselheiras(os) Lucas Fernandes, Juliana Nassau, Fabiana Alcântara, Nayara Koda e Clarissa Gomes e José Alberto Santos. Ficou estabelecido que ambos os grupos têm autonomia para convocar funcionários internos para suporte técnico sem a necessidade de novas aprovações em plenária, visando agilizar o fluxo operacional. O encerramento deste tópico de pauta consolidou a estratégia de desmembrar a revisão técnica do regimento da gestão contínua de recursos humanos. A conselheira Juliana Mendes assumiu a responsabilidade de apresentar cronogramas e as primeiras proposições de alteração em reuniões futuras, integrando os trabalhos ao planejamento estratégico da gestão. O conselheiro André Moreno solicitou ao

colaborador Rodrigo o registro formal das nomeações para os despachos administrativos imediatos. 4) Reestruturação do Organograma CRP/MG: A plenária prosseguiu com a discussão sobre a necessidade crítica de reformular a estrutura organizacional da autarquia para sanar problemas de clima interno e ineficiências operacionais. A conselheira Isabelle Oliveira relatou que o modelo vigente, caracterizado por uma horizontalidade excessiva entre as gerências e assessorias isoladas, sobrecarrega a diretoria com decisões estritamente executivas, resultando em morosidade e falhas de comunicação que culminam em conflitos interpessoais entre os funcionários. Para solucionar esses impasses, foi apresentada uma proposta de novo organograma que estabelece níveis hierárquicos mais nítidos. O ponto central da mudança é a criação do cargo de Gerente Geral, que atuará como um elo executivo entre a diretoria e as demais gerências, garantindo que as decisões políticas sejam desdobradas em ações práticas com prazos e metas definidas. Dentro desta nova estrutura, a secretaria passará a ser subordinada diretamente à Gerência Geral, visando resguardar o sigilo de informações confidenciais da diretoria, que anteriormente circulavam por departamentos com acesso indevido. O assessor Rodrigo Oliveira foi indicado para assumir esta nova função de gerência, amparado por sua experiência prévia em intervenções federais e gestão pública. A reestruturação também contempla a otimização das assessorias, que deixarão de atuar de forma solta para serem integradas às suas respectivas gerências finalísticas. Dessa forma, as assessorias jurídica e de comunicação serão incorporadas às gerências de mesma temática, restando independentes apenas as assessorias transparência e de relações institucionais e parlamentares devido à natureza específica de suas atividades externas. No campo técnico, o plenário deliberou pela contratação de mais um profissional psicólogo para auxiliar na produção de pareceres e análises éticas, visando dar celeridade ao alto volume de denúncias represadas, que atualmente somam sessenta e oito novas representações e cinquenta processos em tramitação. Houve ainda um debate sobre a função do CREPOP, o Centro de Referência em Políticas Públicas, e sua integração com a gerência técnica. A conselheira Patrícia Pantaleão ressaltou que, embora o núcleo seja engessado por diretrizes do Conselho Federal, ele possui um conhecimento acumulado valioso sobre a atuação do psicólogo em políticas de saúde e assistência social. Ficou acordado que a gestão buscará aproveitar melhor a competência técnica das psicólogas do núcleo, como Luciana e Liziane, para subsidiar orientações sobre concursos e práticas profissionais no setor público. **Deliberação:** Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes 10 deram anuência quanto à proposta de novo organograma. Aberto para votação (aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) aprovaram por 15 votos favoráveis à proposta. Não houve abstenções. 5) Planejamento Estratégico: A sessão foi conduzida pelo consultor do Paulo Canarim, que estabeleceu a metodologia para a construção do planejamento estratégico das comissões permanentes e grupos de trabalho. O consultor orientou os conselheiros a realizarem um diagnóstico do legado recebido das gestões anteriores, identificando o que deve ser mantido e o que precisa de adaptação para alinhar-se à nova estratégia da autarquia. Para padronizar o entendimento, foram definidos os conceitos de missão, como a razão de existir de cada unidade; visão, focada no futuro e onde se pretende chegar; e metas, que devem ser estritamente quantitativas e temporizadas por meio de métricas claras. Foram criados grupos entre as(os) Conselheiras(os) e os grupos foram instruídos a realizar uma análise imersiva utilizando a ferramenta SWOT para mapear pontos fortes, fraquezas, oportunidades e ameaças. O consultor enfatizou que o planejamento é um processo vivo, comparando-o a um GPS que permite ajustes de rota conforme a realidade operacional se apresenta. Ressaltou-se a importância do compromisso individual e coletivo, utilizando a analogia do "ovos com bacon", na qual se diferencia a cooperação superficial da galinha com o comprometimento profundo do porco. Para organizar a execução, foi distribuído um modelo de Canvas para que cada comissão identificasse seus parceiros de apoio, como o setor de TI e o Conselho Federal, e seus ajudantes diretos, como a Comissão de Ética. O preenchimento incluiu a distinção entre recursos, que são os meios operacionais e financeiros recorrentes, e investimentos, que representam aportes de capital visando retornos específicos para a categoria. O objetivo é gerar previsibilidade e conforto para (as)os conselheira(os), transformando ideias abstratas em planos executivos concretos. Diversos grupos apresentaram suas sínteses de objetivos e métricas: *Comissão de Avaliação de Documentos*: Estabeleceu como meta zerar a compra de papel no Conselho, migrando 100% dos fluxos para

meios eletrônicos e contratando uma arquivologista para coordenar o expurgo legal de documentos antigos. *Comissão de Análise de Registro de Especialista (CARPE)*: Focou no ganho de eficiência por meio de formulários digitais e vídeos educativos para a categoria, visando aumentar o número de psicólogos cancelados com o título de especialista. *Comissão de Orientação e Ética (COE)*: Propôs zerar a fila de representações e julgamentos pendentes desde 2022, além de expandir o quadro de defensores dativos e mediadores para agilizar a solução de conflitos. *Comissão de Orientação e Fiscalização (COF)*: Priorizou a otimização de fluxogramas para reduzir pela metade o tempo de tramitação de denúncias e a implementação de ações de cuidado com a saúde mental das próprias fiscais, incluindo ginástica laboral e suporte via aplicativos de bem-estar. *Comissão de Direitos Humanos*: Defendeu a instrumentalização técnica dos psicólogos para a promoção de direitos na prática cotidiana, visando aumentar o conhecimento da categoria sobre as ações da comissão. Após a apresentação dos grupos houve discussão sobre a integração das 45 propostas de campanha ao planejamento operacional. A conselheira Luciana Vasconcellos sugeriu incentivar a participação da categoria em eventos preparatórios para o Congresso Regional de Psicologia como forma de levar as pautas de regulamentação da psicoterapia ao nível nacional. O consultor e os conselheiros André Moreno e José Alberto debateram a necessidade de uma curadoria rigorosa, pois o planejamento estratégico exige foco no que é "operacionalizável". Ficou definido que a diretoria atuará como curadora das ideias que transcendem as comissões, garantindo que o propósito político da gestão seja traduzido em ações táticas com responsáveis, prazos e orçamentos definidos. Ao encerramento do dia, o consultor do Paulo Canarim convocou as conselheiras(os) para a sessão do dia seguinte, agendada para as 09h30. O trabalho focará na aplicação da ferramenta 5W2H para detalhar a execução das ações prioritárias, permitindo que a gestão tenha clareza sobre "quem faz o quê, quando, como e quanto custa", garantindo que as propostas de modernização e valorização profissional saiam do papel de forma estruturada. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, e eu, Lucas Fernandes Ayres Pinto, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelas(os) demais presentes. Belo Horizonte, 30 de janeiro de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Fernandes Ayres Pinto, Conselheira(o) Secretária(o)**, em 23/03/2026, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Alcântara Santos da Conceição, Conselheira(o) Tesoureira(o)**, em 23/03/2026, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isabelle Oliveira Pereira, Conselheira(o) Vice-Presidente**, em 23/03/2026, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Moreno, Conselheira(o) Presidente**, em 24/03/2026, às 13:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2664068** e o código CRC **50463C9A**.